



SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

PORTARIA Nº 10, DE 7 DE JANEIRO DE 2015

Altera o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, 6ª edição, aprovado pela Portaria nº 553, de 22 de setembro de 2014.

O SUBSECRETÁRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22 do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, e tendo em vista o disposto na Portaria STN nº 705, de 10 de dezembro de 2014, bem como no § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e

Considerando o disposto no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e no inciso I do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda (MF) a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 18 da Lei nº 10.180, de 2001, complementadas pelas atribuições definidas no art. 7º do Decreto nº 6.976, de 2009, e nos incisos XIV, XXI, XXII e XXIII do art. 21 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011;

Considerando a necessidade de padronização dos demonstrativos fiscais nos três níveis de governo, de forma a garantir a consolidação das contas públicas na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração na Parte IV - Relatório de Gestão Fiscal (RGF), da 6ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aprovado pela Portaria nº 553 de 22 de setembro de 2014, definindo que a publicação do RGF pelas Defensorias Públicas Estaduais e pela Defensoria Pública da União e do Distrito Federal deixa de ser facultativa e passa a ser obrigatória.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILVAN DA SILVA DANTAS

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 6.142, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo Susep nº 15414.002981/2014-49, resolve:

Art. 1º Aprovar a reestruturação societária de ICATU SEGUROS S.A., CNPJ 42.283.770/0001-39, com sede na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado por seus acionistas na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de setembro de 2014.

Art. 2º Aprovar a transferência do controle direto de COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA, CNPJ 01.582.075/0001-90, para BB ICATU SH S.A., CNPJ 14.159.197/0001-10, subsidiária integral de ICATU SEGUROS S.A.

Art. 3º Ratificar que o controle indireto de COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA permanecerá sendo exercido por ICATU SEGUROS S.A..

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO WESTENBERGER

PORTARIA Nº 6.143, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso de sua atribuição prevista no artigo 37 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e considerando o disposto no parágrafo único do artigo 3º, inciso III do artigo 4º e artigo 12 da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, com base no artigo 10 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007, a contrário senso, e o que consta do Processo Susep nº 15414.002226/2014-64, resolve:

Art. 1º Cancelar o cadastro da VHV ALLGEMEINE VERSICHERUNG AG, sociedade constituída e existente de acordo com as leis da Alemanha, cadastrada pela Portaria Susep nº 5.538, de 26 de setembro de 2013, como ressegurador eventual.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO WESTENBERGER

PORTARIA Nº 6.144, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36, combinado com o artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta dos processos Susep nº 15414.002399/2014-82 e 15414.002456/2014-23, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de SUHAI SEGUROS S.A., CNPJ nº 16.825.255/0001-23, com sede na cidade de Curitiba - PR, na assembleia geral extraordinária realizada em 19 de agosto de 2014:

I - ampliação da área de atuação para a sétima região do território nacional;

II - mudança da sede para Rua Afonso Celso, 124/126, Vila Mariana, CEP 04119-000, São Paulo - SP; e

III - alteração dos artigos 2º e 3º do estatuto social.

Art. 2º Ratificar que SUHAI SEGUROS S.A. se encontra autorizada a operar seguros de danos na sétima e oitava regiões do território nacional.

Art. 3º Determinar que SUHAI SEGUROS S.A., na próxima assembleia geral que realizar, exclua os seguintes dizeres do artigo 2º do estatuto social: "... A companhia poderá, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir agências, filiais e escritórios de representação em qualquer lugar do território nacional."

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO WESTENBERGER

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÕES

PORTARIA Nº 109, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

O DIRETOR DE AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 5.961, de 24 de julho de 2014, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep nº 15414.002952/2014-87, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de HSBC SEGUROS (BRASIL) S.A., CNPJ nº 76.538.446/0001-36, com sede na cidade de Curitiba - PR, na assembleia geral extraordinária realizada em 17 de outubro de 2014:

I - Redução do capital social em R\$ 425.000.000,00 passando para R\$ 554.865.269,46, dividido em 17.191.971 ações ordinárias e 10.082.026 ações preferenciais, todas escriturais, sem valor nominal e não conversíveis de uma espécie em outra; e

II - Alteração do artigo 5º e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON VICTOR LE COCQ D'OLIVEIRA

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE IRRIGAÇÃO

PORTARIA Nº 267, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO NACIONAL DE IRRIGAÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, SUBSTITUTO EVENTUAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 712, de 18 de dezembro de 2014 e por subdelegação de competência pela Portaria 477, de 5 de julho de 2011, e, ainda, o que consta do Processo nº 59700.000032/2014-74, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do § 1º do art. 3º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, o Termo de Compromisso apresentado pelo Governo do Estado de Tocantins, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária, cujo objeto é a implantação das obras de revitalização do Projeto Rio Formoso, no Estado de Tocantins.

Art. 2º Para a execução do objeto deverá obedecer rigorosamente ao Termo de Compromisso, com suas cláusulas suspensivas e o Plano de Trabalho.

Art. 3º O total dos recursos financeiros necessários para a execução do objeto são neste ato, fixados em R\$ 116.388.888,89 (cento e dezesseis milhões, trezentos e oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e nove centavos), sendo R\$ 104.750.000,00 (cento e quatro milhões e setecentos e cinquenta mil reais), previstos no programa de trabalho 20.607.2013.1P91.0017, Fonte 0100, Natureza da Despesa 44.30.42, a serem transferidos pela Unidade Gestora Responsável - UGR 530022, em estrita observância ao cronograma de desembolso e R\$ 11.638.888,89 (onze milhões, seiscentos e trinta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos), à conta das dotações orçamentárias do Governo do Estado.

Art. 4º Os recursos financeiros relativos ao presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) conforme Nota de Empenho nº 2014NE000004, de 26 de dezembro de 2014. O restante dos recursos, previstos no PAC e consignados no Plano Plurianual, no valor de R\$ 113.888.888,89 (cento e treze milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos), serão alocados futuramente, com a respectiva indicação dos créditos e empenhos correspondentes.

Art. 5º O prazo de execução do objeto será de acordo com o consignado no Plano de Trabalho, contados a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JADER PAULO GONÇALVES VERDADE JÚNIOR

PORTARIA Nº 268, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO NACIONAL DE IRRIGAÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, SUBSTITUTO EVENTUAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 712, de 18 de dezembro de 2014 e por subdelegação de competência pela Portaria 477, de 5 de julho de 2011, e, ainda, o que consta do Processo nº 59700.000030/2014-85, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do § 1º do art. 3º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, o Termo de Compromisso apresentado pelo Governo do Estado da Bahia, por meio da Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia - CERB, cujo objeto é a Elaboração de Estudos necessários à implantação da Barragem do Médio Rio de Contas, Rio Sincorá, Município de Contendas do Sincorá, Bacia Hidrográfica do Rio de Contas, no Estado da Bahia.

Art. 2º Para a execução do objeto deverá obedecer rigorosamente ao Termo de Compromisso, com suas cláusulas suspensivas e o Plano de Trabalho.

Art. 3º O total dos recursos financeiros necessários para a execução do objeto são neste ato, fixados em R\$ 1.866.358,40 (hum milhão, oitocentos e sessenta e seis mil, trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos), à conta da dotação orçamentária da União consignada na Funcional Programática 20.607.2013.14XU.0001, Fonte 0100, Natureza da Despesa 44.30.42, a serem transferidos pela Unidade Gestora Responsável - UGR 530022, em estrita observância ao cronograma de desembolso.

Art. 4º Os recursos financeiros relativos ao presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 1.250.000,00 (hum milhão e duzentos e cinquenta mil reais) conforme Notas de Empenhos nº 2014NE000003, de 26 de dezembro de 2014 e 2014NE000006, de 31 de dezembro de 2014. O restante dos recursos, previstos no PAC e consignados no Plano Plurianual, no valor de R\$ 616.358,40 (seiscentos e dezesseis mil, trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos), serão alocados futuramente, com a respectiva indicação dos créditos e empenhos correspondentes.

Art. 5º O prazo de execução do objeto será de acordo com o consignado no Plano de Trabalho, contados a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JADER PAULO GONÇALVES VERDADE JÚNIOR

PORTARIA Nº 269, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO NACIONAL DE IRRIGAÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, SUBSTITUTO EVENTUAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 712, de 18 de dezembro de 2014 e por subdelegação de competência pela Portaria 477, de 5 de julho de 2011, e, ainda, o que consta do Processo nº 59700.000030/2014-85, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do § 1º do art. 3º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, o Termo de Compromisso apresentado pelo Governo do Estado da Bahia, por meio da Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia - CERB, cujo objeto é a Elaboração de Estudos necessários à implantação da Barragem Casa Branca, Rio Capãozinho, Município de Mucugê, Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu, no Estado da Bahia.

Art. 2º Para a execução do objeto deverá obedecer rigorosamente ao Termo de Compromisso, com suas cláusulas suspensivas e o Plano de Trabalho.

Art. 3º O total dos recursos financeiros necessários para a execução do objeto são neste ato, fixados em R\$ 2.184.091,96 (dois milhões, cento e oitenta e quatro mil, noventa e um reais e noventa e seis centavos), à conta da dotação orçamentária da União consignada na Funcional Programática 20.607.2013.14XU.0001, Fonte 0100, Natureza da Despesa 44.30.42, a serem transferidos pela Unidade Gestora Responsável - UGR 530022, em estrita observância ao cronograma de desembolso.

Art. 4º Os recursos financeiros relativos ao presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 1.250.000,00 (hum milhão e duzentos e cinquenta mil reais) conforme Notas de Empenhos nº 2014NE000007, de 13 de dezembro de 2014 e 2014NE000005, de 30 de dezembro de 2014. O restante dos recursos, previstos no PAC e consignados no Plano Plurianual, no valor de R\$ 934.091,96 (novecentos e trinta e quatro mil, noventa e um reais e noventa e seis centavos), serão alocados futuramente, com a respectiva indicação dos créditos e empenhos correspondentes.

Art. 5º O prazo de execução do objeto será de acordo com o consignado no Plano de Trabalho, contados a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JADER PAULO GONÇALVES VERDADE JÚNIOR